

Luta de Classes

 Pela reconstrução da 4ª Internacional

IMPRESA
R\$ 4,00
OPERÁRIA

“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (Karl Marx)

Crédito: Salvador Sas-EFE

OS TRABALHADORES EUROPEUS DERAM O EXEMPLO EM 14 DE NOVEMBRO



Grandiosa manifestação em Vigo, Espanha

NO BRASIL LUTAR PELO ENCONTRO EM DEFESA DO PT, DA CUT, CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO E POPULAR

Diante dos ataques desferidos pelo STF contra as organizações dos trabalhadores a tarefa dos marxistas é a de batalhar pela Frente Única. Os dirigentes do PT e da CUT têm nessa batalha enormes responsabilidades. Nós propusemos um Encontro Nacional em defesa da classe, da CUT e do PT. As suas direções devem tomar a iniciativa e organizá-lo!

Páginas 3, 6 a 11 e página 20

PALESTINA

Não há caminho com capitulação ante a política imperialista e seus interesses. Não há caminho defendendo a existência do Estado de Israel e a criação de um Estado Palestino fantoche ao seu lado. Não há caminho negando o direito de retorno de todos os refugiados...

Páginas 4 e 5

95 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

Páginas 18 e 19

**QUEM SOMOS E
PELO QUE LUTAMOS?**

A Esquerda Marxista é uma organização política que luta pelo socialismo. Somos a seção brasileira da Corrente Marxista Internacional - CMI, presente em mais de 30 países. Estamos ao lado dos trabalhadores e da juventude em suas batalhas do dia-a-dia rumo à sua emancipação. Juntos com os trabalhadores, ocupamos fábricas (Cipla, Interfibra, Flaskô e tantas outras). Na defesa dos postos de trabalho e direitos, desde 2002 construímos o Movimento das Fábricas Ocupadas na luta pela estatização sob controle operário, resistindo aos duros golpes, como a intervenção a mando do governo federal na Cipla e Interfibra.

Estamos com os trabalhadores rurais sem-terra e os sem-teto nas lutas por terra e moradia. Estamos nos sindicatos, na CUT, combatendo pelas reivindicações dos trabalhadores, contra os pelegos e os divisionistas. Impulsionamos o Movimento Negro Socialista, que tem papel destacado na luta contra o racismo e o racialismo – contra a divisão do povo trabalhador brasileiro em “raças”. E com a Juventude Marxista – organização de jovens da EM – estamos na luta da juventude por seus direitos e por um futuro digno; organizando a luta pelo passe-livre e por vagas para todos nas universidades públicas.

Somos uma corrente do Partido dos Trabalhadores, uma corrente que não se furta a combater a coalizão de Lula com a burguesia e a degeneração do partido, dessa forma nos ligamos aos milhares de petistas que continuam fiéis à sua classe e que não se esqueceram dos motivos pelos quais o PT foi fundado.

Campanha Financeira: lançado o calendário 2013

Acaba de ser lançado o novo material de Campanha Financeira de final de ano da Esquerda Marxista. Trata-se de um calendário de mesa intitulado “Um Espectro Ronda a Europa”. Em cada folha, um mês, acompanhado de foto e descrição de grandes mobilizações de trabalhadores e jovens, no último período, em países europeus.

O tema desse calendário é bastante apropriado para a atual situação política, o velho continente é sacudido por gigantescas mobili-

zações de massa, em que a classe operária tem mostrado sua força diante dos ataques aos direitos impostos pela política de austeridade e a crise financeira.

Reforçamos que, mais do que um bom material, nossa Campanha Financeira é um instrumento para pedirmos uma contribuição aos nossos apoiadores, uma contribuição à nossa luta, ao nosso combate pela construção do socialismo. Temos como princípio a independência financeira, ou seja, não aceitamos dinheiro nem de empresas, nem do

Estado, pois entendemos que essa é uma condição necessária para a independência política, para lutarmos justamente contra os interesses da burguesia e de seu Estado.

O preço do calendário é de R\$ 20,00, mas gostaríamos que a contribuição não se restringisse a esse valor. Contribua com nossa luta com a quantia que for possível.

Adquira seu calendário com um militante da Esquerda Marxista ou através do site da Livraria Marxista: www.livrariamarxista.com.br

Contamos com seu apoio!

Homenagem póstuma à camarada Mirian Neide

Esquerda Marxista

Na manhã de domingo do dia 04 de novembro deste ano a trajetória de luta da camarada Mirian Neide foi interrompida de forma dura e inesperada. Um acidente de carro na BR-232 no Município de São Caetano-PE tirou sua vida e a de mais 2 companheiros.

Mirian Neide dos Santos tinha 56 anos, era casada, mãe de dois filhos, avó de um neto, era Diretora do SINTEEPE-PE (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO) e militante da Esquerda Marxista em Pernambuco. Ela foi uma camarada valorosa que não media esforços para está presente nas lutas da classe trabalhadora. Incontáveis vezes a camarada saía de madrugada para combater pelos interesses da categoria que representava com afino e prazer.

Mirian tinha em mente, que só com a derrocada do capitalismo e a construção do socialismo teríamos



saída e soluções para as angústias vividas pela classe operária.

Mirian era uma guerreira, determinada em suas tarefas de militante operária, nunca se deu por vencida frente às adversidades da luta de classes. Nunca se curvou aos patrões! Caminhava com a retidão de uma operária que buscou no marxismo o caminho para libertar a humanidade.

Fica aqui a homenagem à nossa querida camarada. Em cada luta que travarmos Mirian estará conosco. Mirian continua viva nas nossas mentes e em nossos corações.

Camarada Mirian, presente!

**Assine o Jornal
Luta de Classes**

O Jornal Luta de Classes é uma imprensa autossustentável.

A Esquerda Marxista, ao final de 2012, reajustará o preço de nossa imprensa pelo índice da inflação.

Estamos oferecendo aos nossos leitores a oportunidade de renovarem ou fazerem novas assinaturas (12 edições) ainda com um preço de R\$ 48,00.

Nossa imprensa é mantida por nossos militantes, colaboradores e leitores. Nosso vínculo é com os trabalhadores e a juventude,

Defenda a imprensa operária para que possamos prosseguir a luta pelo socialismo! Faça a sua assinatura, procure um de nossos militantes ou preencha o cupom abaixo.



Boleto de Assinatura. Deposite e envie por carta, e-mail ou entregue a um militante

Nome: _____
Endereço - Rua (Avenida): _____
Nº _____ Complemento: _____
Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____
CEP: _____ E-mail: _____
Telefone: (____) _____ Cel: (____) _____ Data: ____/____/____
Agência de origem do depósito: _____ ou nº do depósito: _____

ASSINE: LutadeClasses

Distribuição interna aos filiados do PT -12 N°s R\$ 48,00 - 12 N°s solidário R\$ 60,00
Rua Tabatinguera, 326 cj. 11 - Centro - São Paulo/SP - CEP: 01020-000; Fone: (11) 3101-8810
Banco do Brasil; Ag: 1196-7; CC: 30759-9; Instituto Marx & Engels de Est. e Pesq. do Trab.
jornal@marxismo.org.br - home: www.marxismo.org.br - Editor responsável: Wanderci Bueno

Em todo mundo: os trabalhadores respondem aos ataques da burguesia

Esquerda Marxista

Greve europeia

Acabam de ocorrer grandes mobilizações na Europa. Greves em Portugal, Espanha, Itália, Bélgica e atos de apoio em vários outros países. Os sindicatos reformistas, diante da pressão e insatisfação vinda da base, foram obrigados a convocar a Greve de 14 de novembro. Em 26 países os trabalhadores e a juventude se ergueram por suas reivindicações e contra a violência da polícia.

O aprofundamento da crise e os ataques que os capitalistas lançam contra os trabalhadores estão no centro da origem destas grandes lutas que apontam para uma radicalização, mas que, sem um partido revolucionário, tendem a se perderem no caminho da revolução, que poderá passar por longos períodos e sofrimentos. Aos trabalhadores não restará outro caminho, senão forjar seu partido no calor das batalhas.

Estas grandes manifestações assustam a burguesia que se utiliza mais e mais da repressão. Na greve geral do dia 14 centenas de jovens e trabalhadores foram presos. Na Alemanha os patrões e reformistas anunciam a necessidade de um diálogo social. Na Grécia a Troika quer até mesmo acabar com a existência dos sindicatos.

Em toda a Europa, em cada país, de modo diferenciado, as massas caminham na direção de novos e duros embates. Depois das manifestações de 14 de novembro uma nova etapa está sendo aberta na luta de classes, na linha de sua unidade mundial.

Palestina

Na semana de 12 de novembro Israel lançou novo e criminoso ataque contra o povo palestino que também sofre com a nefasta política terroris-



14 de dezembro em Madri

ta do Hamas já provada como inútil e danosa pela Primavera Árabe. Repudiamos a ação criminosa de Israel.

A Esquerda Marxista defende a existência de um só Estado, laico e democrático sobre todo o território histórico da Palestina, onde possam conviver com direitos iguais, judeus, muçulmanos e cristãos. Somos pelo direito de retorno de todos os refugiados. Sob esta base interviremos no Fórum Social Mundial que se realizará em Porto Alegre.

Brasil

No Brasil, o Supremo Tribunal Federal acaba de anunciar as penas dadas aos dirigentes do Partido dos Trabalhadores depois de um “julgamento” permeado por erros grotescos típicos da Santa Inquisição, demonstrando que a burguesia quer ir até o fim nos ataques contra a classe operária e todos os trabalhadores, criminalizando seus dirigentes sindicais, o MST, a CUT, PT e de todos os partidos e organizações que lutam, cada qual a seu modo, em defesa das

reivindicações populares.

A Direção Executiva do PT emitiu uma nota pública no dia 14. Nela critica as decisões do STF e diz que chamará “nossa militância a mobilizar-se em defesa do PT e de nossas bandeiras”.

Para os marxistas, sem deixarmos de lado um só momento nosso combate contra a política de conciliação de classes, sem escondermos nossas divergências sobre as questões da previdência, questões das privatizações, sem escondermos que somos contra o tripartismo, sem escamotearmos que somos pela independência política e sindical do PT e da CUT. Defendemos que todos, absolutamente todos os que dizem lutar pelos interesses materiais e políticos dos trabalhadores para que cerrem fileiras para exigir que as penas contra José Dirceu, Genoíno e demais dirigentes do partido, sejam imediatamente anuladas. Nenhuma criminalização, nenhuma perseguição. Defesa de nossas organizações!

A burguesia se prepara para quando a crise econômica aqui bater firme, os trabalhadores tenham o míni-

mo de possibilidade para enfrentar os ataques que o governo aplicará. A burguesia lançará mão de tudo para ir fundo nos ataques contra todas as conquistas históricas obtidas ao longo de duras lutas dos trabalhadores.

A Esquerda Marxista considera ser fundamental que a Direção do PT, a começar de Lula e Dilma, saiam em defesa dos condenados pelo STF. Por isso reafirmamos a necessidade da realização de um Encontro Nacional em defesa do PT, da CUT e das organizações operárias e populares.

Reafirmamos o que dissemos em nossa carta dirigida às direções do PT e da CUT:

“Eles não pretendem parar. Há anos criminalizam os movimentos sociais em crescente fúria. É por isso que um editorial do jornal O Estado de São Paulo já declara a CUT como organização criminosa. Se isso continua, todos, sindicatos, a UNE, o MST, os partidos de esquerda, as organizações populares, todos serão atingidos.

Em todo o país já são centenas de dirigentes do MST, dos sindicatos e das fábricas ocupadas, ou presos, ou processados e condenados sem provas ou mesmo apesar das provas de inocência. Fazer greve, ocupar terras ou fábricas, lutar pela vida e para mudar a vida, é caso de polícia para as classes dominantes.

É hora de reagir. É hora de parar de “falar nos autos” e ir para as ruas. E a nossa resposta começa por agrupar nossas forças, discutir a gravidade da situação nos sindicatos, nos partidos da classe trabalhadora, entre a juventude, e preparar a batalha para reverter a situação. Nós consideramos que ninguém, nem a presidente da República, que é do PT, pode se calar e aceitar este ataque contra a democracia e as organizações da luta de classes.”

O significado reacionário dos Acordos de Oslo sobre a Palestina e a política de “Dois Estados”

*Serge Goulart

serge@marxismo.org.br

“Um beduíno sozinho não vence a imensidão do deserto, é preciso ir em caravana”
(ditado árabe)

O significado da política de “Criação de dois Estados”, promovida pelos imperialistas e seguida pelos “responsáveis, prudentes e sensatos” reformistas é uma tragédia sem fim para o povo palestino.

A política de “Dois Estados”, delineada desde os Acordos de Oslo, em 1993, conduziram à trágica situação atual. Nesta cidade da Noruega o governo de Israel e Yasser Arafat, presidente da OLP, coordenados pelo presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, assinaram um acordo. Nele, a capitulação definitiva de Yasser Arafat e a cúpula do Al-Fattah se concretizava na aceitação da divisão da Palestina e da existência do Estado de Israel, na criação de um governo chamado “Autoridade Palestina” e na criação de três zonas sobre o território palestino. Uma Zona A sob controle da nova “Autoridade Palestina”, uma Zona B com controle civil da Autoridade Palestina e militar do Estado de Israel e uma Zona C sob controle total de Israel.

Foi esse acordo que impulsionou o crescimento do Hamas, que o recusava por causa do controle de Jerusalém e do reconhecimento do Estado de Israel. No acordo rifava-se pela primeira vez a bandeira histórica do “Direito de Retorno dos Refugiados”. Agora, após anos de

experiência com estes acordos eles são desprezados pelo povo palestino, ou seja estão fazendo água e uma operação mundial se iniciou para reavivá-los.

Enquanto o território palestino vai desaparecendo, desde 1948 até nossos dias, o ministro brasileiro das Relações Exteriores Antonio Patriota acaba de viajar ao Oriente Médio para dar apoio ao governo sionista de Israel e à click corrupta de Mahmoud Abbas (Abu Mazen), presidente da chamada Autoridade.

Enquanto isso, Zé Dirceu anuncia em seu blog: “Reveste-se de êxito o giro que o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, faz ao sensível e conflagrado Oriente Médio, especialmente a Israel (na semana passada) e à Palestina, onde

ele estava ontem”. Zé Dirceu sintetiza a política da viagem: *“Patriota acentuou que para o Brasil é fundamental a criação do Estado da Palestina, assim como a manutenção do Estado de Israel (criado em 1948, em Assembleia Geral da ONU, sob a presidência do brasileiro Oswaldo Aranha), de acordo com as fronteiras estabelecidas em 1967”. E de passagem diz que “Abbas lembrou haver cerca de 5 milhões de refugiados palestinos no mundo.”* (Blog do Zé, 16/10/2012)

Em cerca de dez linhas, Zé Dirceu:

1. Apoia a existência de um Estado racista que se baseia na religião e no “sangue” transmitido pela mãe judia religiosa.

2. Apoia a existência de um

Estado “criado pela ONU” sobre a base da expulsão dos palestinos, a destruição de suas casas e lavouras.

3. Apoia a criação de um Estado “de acordo com as fronteiras estabelecidas em 1967”, ou seja, estabelecido pelas armas de Israel na Guerra dos Seis Dias, em 1967. Isto significa eternizar o Estado no território tomado dos palestinos, em 1948, pela Assembleia Geral da ONU, presidida pelo sionista Oswaldo Aranha com apoio de Stálin e Roosevelt, que dirigiam o mundo no pós II Guerra. Um Estado Palestino encravado e com apenas 22% do território histórico.

4. Faz uma vaga referência aos 5 milhões de refugiados apenas para “passar” a impressão de que eles voltariam à Palestina se criado este Estado “autônomo e independente”, como diz Zé Dirceu em seu blog. Abandona a reivindicação histórica dos palestinos de “Direito de retorno para todos os refugiados aos seus lares, de onde foram expulsos em 1948” e depois. Por isso, muitos deles mantêm até hoje as chaves de suas casas que foram destruídas por tanques de Israel. Milhões vivem ainda em acampamentos nos países próximos.

5. Em poucas linhas, Zé Dirceu concentra a política do governo Lula/Dilma, que no fundamental se alinha com a política das potências imperialistas. Como podem ser vistas na ONU, as divergências são apenas táticas e nunca impediram que todos se alinhassem atrás das decisões tomadas na Casa Branca, enquadrando os sionistas mais violentos e os dirigentes mais



Cartaz em defesa da Palestina Livre

>> Continua na próxima página

corruptos da Palestina.

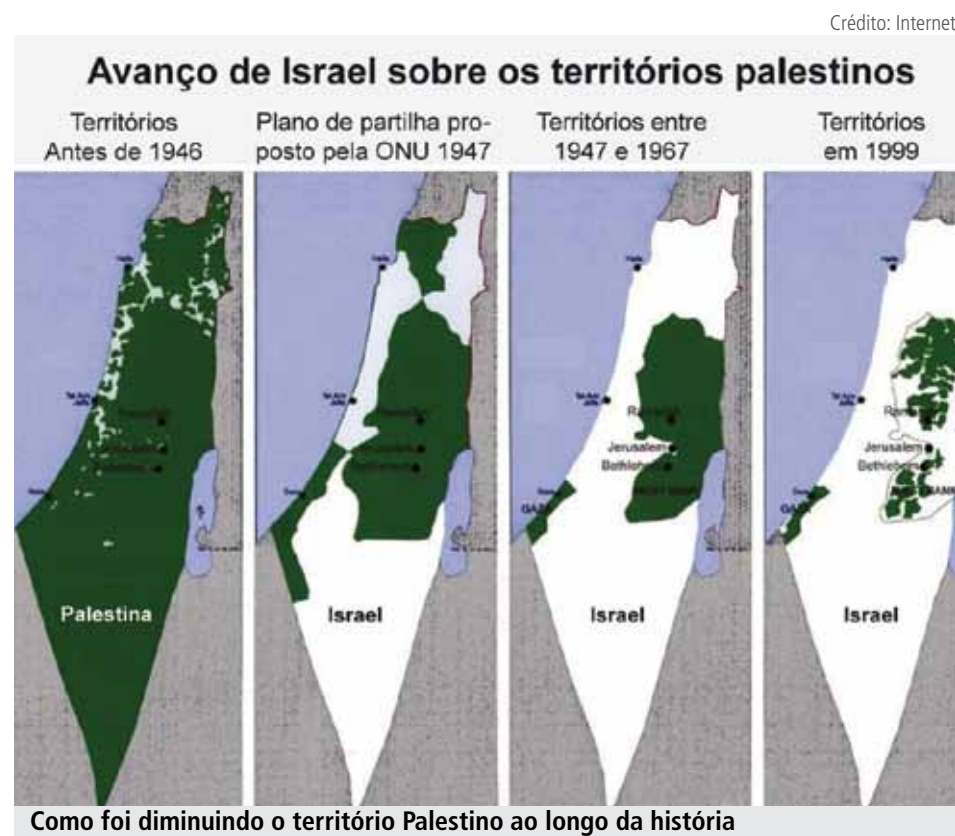
6. Zé Dirceu “esquece” que todos os “planos” já assinados só resultaram em desgraças, menos territórios para os palestinos e avanço de Israel. Nenhuma solução para os palestinos, apenas perseguições, mortes e torturas permanentes. Massacres e uma vida em Bantustões organizados pelos sionistas com o muro que recorta a Palestina, divide cidades, separa famílias e destroça empregos.

Zé Dirceu tenta com estas posições passar por “realista”, mas o resultado de políticas deste tipo têm sido regar de sangue e dor o território histórico da Palestina.

Para os marxistas, é impossível aceitar a existência de um Estado baseado na religião e na “raça”, como Israel. A cúpula sionista, mantida financeira e politicamente pelo imperialismo dos EUA, joga com o sofrimento dos judeus para manter a região em estado de semicaos, expulsando, matando palestinos, tomando suas casas e terras, a serviço da política imperialista e de seus próprios interesses de click burguesa local.

A revolução socialista em toda a Palestina e no Oriente Médio é a única maneira de cessar o sofrimento deste povo. Assim como a única solução para que os próprios judeus oprimidos e explorados de Israel possam salvar-se da verdadeira catástrofe que as cúpulas sionistas e o imperialismo lhes reservam. Isso porque, em determinados momentos estas cúpulas, racistas e sanguinárias, não hesitarão em massacrar ou deixar massacrem os próprios judeus, se isto for do interesse de sua classe e do imperialismo.

Foi o que fizeram durante a década de 30, na Alemanha, concretizando acordos com o nazismo contra os próprios judeus, porque isso alimentava seu de-



Mulher palestina chora a morte de seu irmão de 10 anos morto por bombas de Israel

lório de incentivar a imigração e constituir um Estado sionista na Palestina.

Não há outra solução duradoura que promova a paz da região além do estabelecimento de um Estado laico (separado de qualquer religião) e democrático (onde todos os cidadãos tenham direitos iguais e todas as liberdades democráticas estejam inscritas) onde judeus, muçulmanos e cristãos possam viver em paz sobre todo o território histórico da Palestina.

Isso implica na derrota das cúpulas sionistas, corruptas e pró-imperialistas palestinas. Só a luta de classes pode unir os trabalhadores e oprimidos do próprio Estado de Israel com as

massas sofredoras palestinas e colocar abaixo o jogo em que os únicos perdedores reais são os explorados e oprimidos.

A classe trabalhadora palestina ou de Israel não tem nada a ver com a burguesia palestina ou sionista. Ela é internacional e por isso sua luta não tem fronteiras. Os oprimidos e explorados, de Israel e de toda Palestina, são os protagonistas de uma saída feliz para a situação.

A burguesia, em todo o mundo, há muito deixou de ser progressista. Ao lado de seus sócios menores locais – como o governo e partidos dominantes de Israel, a cúpula corrupta do Al-Fatah e os alucinados líderes religiosos do Hamas – são “a

reação em toda a linha”, para usar uma expressão de Lenin.

O caminho do futuro da Palestina passa pela revolução socialista lá e em toda a região. A cúpula sionista se alimenta e provoca, conscientemente, ódio contra os judeus. É assim que coesiona dentro de Israel e governa como uma ditadura. Os capitalistas antisemitas árabes e outros usam o sionismo para esconder que eles próprios nada têm a oferecer aos oprimidos e explorados e que, como os capitalistas sionistas, também vivem do sangue, suor e lágrimas de seu próprio povo.

Um longo caminho terá que ser percorrido até que os povos da região possam viver em paz. Judeus e árabes acumularam muito sofrimento, ódios e preconceitos criados, incentivados e alimentados pelas classes dominantes de Israel e dos regimes reacionários capitalistas e medievais da região. O futuro pode passar por uma federação socialista dos povos da região, ou por outros caminhos.

Mas, uma coisa é certa. Não há caminho com capitulação ante a política imperialista e seus interesses. Não há caminho defendendo a existência do Estado de Israel e a criação de um Estado Palestino fantoche ao seu lado. Não há caminho negando o direito de retorno de todos os refugiados. Não há caminho sem luta pelo socialismo e pela construção de uma verdadeira organização revolucionária marxista na região.

O vento revolucionário que varre o planeta também embla a resistência na Palestina. E um dia a revolução socialista no Oriente Médio abrirá um caminho de paz e de felicidade nesta terra árida e magnífica banhada de sangue.

*Serge Goulart é da Direção Nacional do PT e da CE da Esquerda Marxista

STF, Supremo Tribunal da Santa Inquisição (Do que são culpados Zé Dirceu e os dirigentes do PT?)

Crédito: Internet



O Tribunal da Santa Inquisição no julgamento de Galileu Galilei

*Serge Goulart

serge@marxismo.org.br

Só a iniciativa de concentrar os holofotes sobre o julgamento nas vésperas das eleições já dá uma ideia dos objetivos inconfessáveis, da mediocridade de espírito dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Mas, o espetáculo farsesco montado na suprema corte tem objetivos políticos muito maiores do que atingir o PT nas eleições de 2012.

A “justiça” leia-se o sistema judiciário da classe dominante, não passa de “Teias de aranha que prendem os pequenos insetos e liberam os grandes”, como dizia Anacharsis, filósofo que viveu na Grécia antiga.

A condenação de Zé Dirceu, Genoíno e Delúbio tem o obje-

tivo de, através dos dirigentes do PT, desmoralizar e criminalizar o partido e prepara o terreno para atingir todas as organizações de luta da classe trabalhadora. O STF “demonstra” que os trabalhadores e organizações são imorais criminosos e que não podem ou devem ousar se levantar como classe frente à burguesia. Pouco importa se os atuais dirigentes do PT deixaram de lado a luta de classes e tentam ajudar a criar um impossível capitalismo desenvolvido no Brasil.

O método do julgamento foi a criminalização da ação política dos trabalhadores e dos dirigentes das organizações que as massas construíram e reconhecem como suas.

O Inquisidor-Geral da República, Roberto Gurgel, declarou que este é o julgamen-

to mais importante da história do Brasil. E toda a imprensa burguesa repetiu isso sem parar. São os mesmos que não abriram a boca quando FHC comprou no Congresso a mudança da lei para sua reeleição. Os mesmos que consideraram anistiados os crimes da Ditadura Militar contra o povo brasileiro. Aplaudiram as escandalosas fraudes das privatizações-doações do patrimônio público, feitas por FHC e seus deputados e senadores. A Vale do Rio Doce foi avaliada e vendida por 4 bilhões, mas um ano depois estava no mercado valendo 120 bilhões. Aqui essa gente não percebeu crime!

O Tribunal de Inquisição montado em Brasília é o ponto culminante de um processo de criminalização da luta política e social dos trabalhadores que

tem conhecido uma crescente disposição em todo o judiciário, incentivado pela imprensa.

A verdadeira culpa que carregam Zé Dirceu, Genoíno, João Paulo, Lula e outros dirigentes do PT é a de terem subordinado os interesses da classe trabalhadora aos interesses do capital, de conduzirem uma política reformista do capital e de se aliarem aos inimigos de classe. Mas, esta é a política em que eles acreditam e quem deve julgar politicamente isto e resolver a questão é a classe trabalhadora e a história.

A burguesia, suas instituições, sua mídia empreendem uma ofensiva brutal contra a classe trabalhadora.

Como centenas de outros em todo o Brasil, um juiz de Campinas ao deferir liminar contra uma ocupação escreve, falando do MST: “Em sua posição sistemática contra a propriedade, amparado pela vista permissiva do Governo Federal, cujo partido o pariu e fomentou suas estripulias éticas durante os anos do Governo FHC, o Movimento a que pertence o réu conjugou com sucesso métodos de guerrilha a ataques de organizações terroristas. A propriedade, direito natural por excelência, deve atender sua função social, atributo reconhecido desde a CF/88 e reprisado pelo Código Civil de 2002. Entretanto, em um retrospecto histórico do direito de propriedade, podemos perceber várias nuances que vão desde a concepção liberal até a posição de Michel Proudhon, para o qual a proprieda-

>> Continua na próxima página

de é um roubo, sustentáculo teórico do desenvolvimento a respeito do assunto de várias correntes socialistas, sobretudo o marxismo”. DECISÃO LIMINAR (21.11.2008 – Dr. André Gonçalves Fernandes).

Já Sarney nomeia uma comissão coordenada pelo Ministro do STJ, Gilson Dipp, (aquele que foi nomeado por Dilma e coordena a Comissão da Verdade!) para “atualizar” o Código Penal. Esses “notáveis” propõem introduzir no Código Penal o crime de “Terrorismo” que além do óbvio (bombas, etc.) definiria terrorismo como: invadir qualquer bem público ou privado; Interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática e bancos de dados. Sabotar o funcionamento ou apoderar-se do controle de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios, instalações públicas ou locais onde fun-

cionem serviços públicos essenciais, inclusive instalações militares. Assim como: forçar autoridades públicas a fazer o que a lei não exige ou deixar de fazer o que a lei não proíbe. Ou seja, criminaliza como

“

“O método do julgamento foi a criminalização da ação política dos trabalhadores e dos dirigentes das organizações que as massas construíram e reconhecem como suas.”

terrorismo desde greves a manifestações, ocupações, etc., enfim todos os movimentos sociais.

Cada vez mais se sente o ódio de classe exposto atra-

vés do judiciário, especialmente contra greves, ocupações e mobilizações. E isso apesar da humilhante ingenuidade dos governantes que indicaram oito (todos de extrema direita!) dos atuais doze ministros da Inquisição. Apesar de todas as tentativas dos dirigentes do PT e do governo de serem simpáticos e “realistas”, como se eles pudessem ser assimilados pela burguesia enquanto continuam a dirigir um partido político de classe. Mesmo com sua política eles são odiados pela burguesia que tremia de medo quando o PT ganhou com Lula e uma maré vermelha deu posse ao operário metalúrgico em Brasília.

A ação do STF é muito clara. E ela, sim, é uma farsa histórica. O julgamento do STF é um ato político de classe e as condenações são ditadas por seus objetivos. Pouco lhes importa que haja ou não provas. É só juntar as partes, ler as declarações dos ministros

do STF durante as sessões e o julgamento surge claramente como um ato político decidido nas entranhas das classes dominantes.

“Aos amigos tudo, aos inimigos, a lei.”

Esta frase, atribuída a Getúlio Vargas, desvenda a alma tenebrosa dos nove ministros do Supremo que se debruçam como harpias sobre a nação. E como se viu no julgamento, se a lei também não puder ser usada porque provas não existem então se muda a lei, ali mesmo no STF, pouco importando o que está escrito na própria Constituição. Inocente até prova em contrário?! Isso é coisa do passado para o STF. Dirigentes políticos se encontrando?! Só pode ser quadrilha, segundo o STF.

O STF tentou interferir nas eleições de 2012. É o mesmo Tribunal que nada fez para interferir nas eleições de 1989, quando a Rede Globo fraudou o último debate entre Collor e Lula. O mesmo que não se moveu quando a Polícia Federal armou a farsa do sequestro de Abílio Diniz por falsos militantes do PT.

O STF não é cego nem neutro, e tem lado. Seu lado é o da classe dominante. Este Tribunal tem a função máxima de zelar pelo sossego e salvação do domínio da classe capitalista sobre toda a sociedade. Sua função é política e nada tem a ver com uma “justa administração de justiça para todos”. Instituído pela burguesia como um “Poder” que tem a função de manter a ordem e a propriedade capitalista como “coisa sagrada”, sempre foi usado como instrumento de legalização da repressão contra a luta da classe trabalhadora. Ele dá uma cobertura “legal”, “moral”

Crédito: Revista Forum



O crepúsculo cai sobre a silueta da estátua da justiça em Brasília

>> Continua na próxima página

para os ataques da burguesia contra os explorados e oprimidos que se rebelam.

A exceção que foi a regra após a 2ª Guerra Mundial

Um militante bem intencionado pode se perguntar: Mas, porque o STF, Tribunal da burguesia, mantenedor da ordem capitalista, atacaria os dirigentes do PT, Zé Dirceu e Genoíno, que como escreveu Tarso Genro, em artigo na revista Carta Maior, são “reformistas dentro da ordem”?!?

Todos sabem que Zé Dirceu (cuja origem é o PCB) e Genoíno (cuja origem é o PCdoB) defendem uma política que, em síntese, diz que devemos nos aliar à burguesia “democrática” para impulsionar o atrasado capitalismo brasileiro e transformá-lo em um capitalismo avançado quando então, sim, se colocará a questão da luta pelo socialismo. É a velha teoria das etapas dos partidos estalinistas. E para isso pretendem que o Estado seja utilizado amplamente para desenvolver empresas capitalistas e valorizar o capital. Esta é a Tese aprovada explicitamente no 4º Congresso do PT. Mas, isso não resolve o problema do caráter do PT. Ele continua a ser um partido operário, de classe, cuja direção aplica uma política burguesa de defesa da ordem e da acumulação do capital, ou seja, o que Lenin chamava de um partido operário-burguês.

E a burguesia sabe que a primeira lei de todas as revoluções é que frente às primeiras mobilizações numa crise o proletariado tenta, sempre, utilizar em primeiro lugar as suas velhas organizações, aquelas que ele reconhece como suas, apesar da política dos dirigentes. E a burguesia está vendo

o que se passa na Europa. A profundidade da crise é tamanha que pela primeira vez na história começa a se desenhar a possibilidade de uma greve europeia com Portugal, Espanha e Itália entrando em greve geral no dia 14 de novembro. Uma revolução ainda não explodiu graças aos dirigentes sindicais e políticos de esquerda. Mas, tudo tem limites.

O Programa de Transição, escrito por Trotsky, em 1938, levantava uma hipótese que afinal se transformou na regra



Ministros Lewandowski e Barbosa

após a 2ª Guerra Mundial na Europa, no Leste europeu, na China, Vietnam e Cuba.

“É possível a criação de tal governo pelas organizações operárias tradicionais? A experiência anterior mostra-nos, como já vimos, que isto é, pelo menos, pouco provável. É, entretanto, impossível negar categórica e antecipadamente a possibilidade teórica de que, sob a influência de uma combinação de circunstâncias excepcionais (guerra, derrota, quebra financeira, ofensiva revolucionária das massas etc.), os partidos pequeno-burgue-

ses, incluídos aí os stalinistas, possam ir mais longe do que queriam no caminho da ruptura com a burguesia.”

Este é o pavor da burguesia frente ao caráter do PT e ao aprofundamento da crise econômica internacional. Eles não se fiam que Lula possa segurar as massas frente à profundidade das medidas que eles desejam adotar. Quem pode esquecer que na Grécia aprovaram no Parlamento a revogação do direito dos sindicatos formarem Acordos Coletivos de Tra-

às Câmaras e Acordos Tripartites, tudo foi tentado. Mas, existe resistência da classe e agora o capital exige muito. É uma crise de proporções históricas e é preciso salvar o capital destruindo forças produtivas e aumentando a exploração da classe trabalhadora. Este é o sentido das condenações no STF.

A responsabilidade dos marxistas é explicar isso e organizar a luta, batalhar pela Frente Única do proletariado e suas organizações para resistir e transformar a defesa em ataque de classe no momento correto. Isto passa obrigatoriamente por colocar a responsabilidade nas mãos de quem a tem. E os dirigentes das organizações de massa do proletariado devem assumi-las ou responder por isso. Trata-se, em longo prazo, do pescoço do proletariado brasileiro e internacional.

Não há mais inocentes até prova em contrário.

Veja frases que condenam o STF e envergonham juristas que acreditam no Direito, alertam os trabalhadores e anunciam uma escalada de condenações a todos os movimentos.

Ministro Luiz Fux

“Nesses megadelitos, há um dificuldade da prova, mas hoje o processo do direito penal se vê diante de crimes inimagináveis”.

“Muitas decorrências aqui não têm provas. O autor, o Ministério Público, prova o fato construtível de seu direito. Cabe a contraprova a quem deve provar a sua inocência.”

“Não há uma hierarquia de provas e sim um necessidade constitucional de um magis-

>> Continua na próxima página

trado fundamentar a sua decisão”.

“O juiz trabalha com a verdade suficiente, com o que está nos autos”.

“Juiz parte de um fato conhecido para se chegar a um fato desconhecido”.

“As manobras criminosas utilizam complexas estruturas societárias que torna muito difícil a identificação dos autores”.

“Crimes do colarinho azul tem que receber tratamento especial. Fomentado pela impunidade traz e causa pobreza”.

“Não tenho uma visão fotográfica das coisas”.

“Se eu afirmo que temos competência originária, não posso colocar em cheque o que aconteceu antes. Não posso fazer uma CPI no STF”.

“A tese da acusação aponta o desvio de dinheiro público. Se estamos preocupados com a dignidade dos réus, temos que nos preocupar com a dignidade da vítima, que é toda a coletividade brasileira”.

Ministra Rosa Weber

“Quem vivencia o ilícito procura a sombra e o silêncio. Ninguém vai receber dinheiro para comprometer-se sem se guardar”.

“Tem se percebido uma elasticidade na análise da prova. Foram usados só depoimentos. Isso determina que se quebre a rigidez com a simples versão do fato da vítima”.

“Nos delitos de poder, quanto maior o poder ostentado pelo criminoso, maior a facilidade de esconder o ilícito. Esquemas velados, distribuição de documentos, aliciamento de testemunhas. Disso decorre a maior elasticidade na admissão da prova de acusação”.



O Procurador Geral da República Roberto Gurgel

“

“A verdadeira culpa que carregam Zé Dirceu, Genoíno, João Paulo, Lula e outros dirigentes do PT é de terem subordinado os interesses da classe trabalhadora aos interesses do capital.”

Ministro Gilmar Mendes

“Não se fazem necessárias outras digressões, pois o ato imputado ao réu reside em processo licitatório. Na condição de presidente da Câmara dos Deputados, o acusado tinha domínio sobre os processos. Ademais, os R\$ 50 mil

nunca foram objeto de acerto de contas do réu com o PT. O dinheiro não foi contabilizado nas contas do partido. O dinheiro não teve origem no PT, o valor saiu da conta da empresa SMP&B”.

Sem a menor cerimônia, o ministro esqueceu o que disse no julgamento de recebimento da denúncia, em 2007, quando chegou a classificar a acusação de “fantasmagórica” por não enxergar no fato de a mulher de João Paulo ter sacado os R\$ 50 mil na agência do Banco Rural uma tentativa de ocultar o dinheiro. O que ele disse em 2007: “Não me parecia plausível que alguém, com condição de ocultar, mandasse a própria mulher para sacar o dinheiro. Mas certamente não faz também sentido que o presidente da Câmara, que tem inúmeros assessores, faça uso da sua própria esposa para um saque que seria do próprio partido. Ouso afirmar que o próprio Marcos Valério lhe assegurou o anonimato pelo

pagamento em espécie. Examinando as provas dos autos, ineditavelmente tinha o fulcral objetivo de esconder a origem do dinheiro”.

Declarações típicas da perseguição política

“Na sessão desta segunda-feira, o Supremo julgou a última fatia do processo. Condenou Dirceu e outros dez réus por integrar o que o decano do STF classificou como “uma sociedade de delinquentes”. “Formou-se na cúpula do poder, à margem da lei e ao arrepio do direito, um estranho e pernicioso sodalício (sociedade de pessoas que vivem em comum), constituído por dirigentes unidos por um comum desígnio, um vínculo associativo estável que buscava eficácia ao objetivo espúrio por eles estabelecido: cometer crimes, qualquer tipo de crime, agindo nos subterrâneos do poder como conspiradores, para, assim, vulnerar, transgredir, lesionar a paz pública”, afirmou Mello. (OESP, 22/1/12)

“No caso, houve a formação de uma quadrilha das mais complexas, envolvendo, na situação concreta, o núcleo dito político, o núcleo financeiro e o núcleo operacional”, afirmou Marco Aurélio Mello. “Mostraram-se os integrantes em número de 13. É sintomático o número”, acrescentou o ministro, lembrando o número do PT, mas ignorando que dois dos 13 réus foram absolvidos.” (OESP, 22/1/12)

Conforme a maioria dos ministros, o esquema envolvia divisão de tarefas entre cada um dos núcleos, pressupunha a união estável entre os réus para a prática de crimes que atentaram contra a paz pública

>> Continua na próxima página

Crédito: Internet



Ilustração: a falência da Justiça

ca. “Havia um projeto delinquential de natureza política”, afirmou Fux. “Esse projeto delinquential foi assentado aqui pelo plenário como existente. Todos sabiam o que estavam fazendo. Todos foram condenados por isso”, disse.” (OESP, 22/1/12)

“De acordo com o ministro Celso de Mello, decano do Tribunal, “um dos episódios mais vergonhosos da história política do País”, operado por “homens que desconhecem a República, pessoas que ultrajaram as suas instituições e que, atraídos por uma perversa atração do controle criminoso do poder, vilipendiaram os signos do Estado Democrático de Direito e desonraram com seus gestos ilícitos e ações marginais a ideia que consignam o republicanismo na nossa Constituição”. (OESP, 22/10/12).

Já o ministro **Celso de**

Mello também fez uma abordagem crítica à atuação dos réus. Ele anunciou logo de saída que seguiria o relator, Joaquim Barbosa.

“É importante enfatizar, considerados os elementos probatórios produzidos nos autos, que a análise do contexto em questão evidencia que o crime de quadrilha restou plenamente aperfeiçoado e comprovado. Vale reafirmar com a doutrina”.

O ministro também deixou claro que a formação da quadrilha ameaça a paz pública:

“A simples existência do delito de quadrilha, a simples consumação deste tipo penal associativo constitui agressão permanente contra a sociedade civil, qualifica-se como estado antijurídico que tem a sua objetividade de todos os cidadãos à tranquilidade pública.” (O Globo, 02/11/12).

Ayres Britto, presidente da

Corte, último a falar, também viu ameaça à paz pública na formação do grupo. Para ele, os fatos que constam dos autos foram suficientes para a caracterização do crime: “Sua Excelência, o ministro Peluzo, falou de paz pública, confiança que a população tem no controle estatal da criminalidade. A sociedade não pode perder a crença de que seu Estado dará a resposta adequada. Então, a paz pública é essa sensação coletiva, em que o povo nutre a segurança em seu estado. O trem da ordem jurídica não pode descarrilhar.”

O ministro também falou sobre o tempo de associação entre as pessoas que formavam o esquema com o intuito de cometer crimes.

“Perdurou esta protagonização delituosa por dois anos e meio, aliás, como seria de se esperar. E é esse tipo de aliança política e parlamentar que o direito execra e excomunga. O que estamos aqui julgando é o modo delituoso de fazer política. Deus no céu e a política na Terra, a sociedade em cujo espaço se travam as mais importantes relações jurídicas.” (O Globo, 02/11/12)

Gilmar:
‘espúria aliança’

Segundo **Gilmar Mendes**, quinto magistrado a votar, a “engrenagem ilícita” criada pelos envolvidos foi usada para alcançar diversos interesses. Para o ministro, não foram atendidas somente as demandas do PT, mas também as de empresas de Marcos Valério, dos partidos da base e dos bancos envolvidos no esquema.

“Os denunciados estabeleceram um esquema de recursos e compra de parlamentares, para negociar apoio político e pagar dívidas preté-

ritas — argumentou Gilmar, que completou: “Os autos revelam que houve uma vontade própria fruto desta espúria aliança, como ocorre em qualquer associação. Não se resolveu apenas o problema do PT, houve a formulação de uma engrenagem ilícita que atendeu a todos, administrando um caixa partidário desviado de empréstimos simulados.” (O Globo, 02/11/12)

Fux: mais de dois anos de atividade

O voto de Luiz Fux, a favor da condenação da maioria dos réus, o ministro afastou a tese de coautoria do crime, já que a associação durou mais de dois anos, o que demonstra que o conluio não era “transitório”.

“A atuação desses núcleos ocorreu por um período de mais de dois anos e somente teve um fim com a eclosão do escândalo que foi chamado de mensalão.”

Como lembrou o ministro, a quadrilha que está sendo julgada pela Suprema Corte era formada pelos três núcleos.

— Só isso já é suficiente. Os três núcleos se uniam para um projeto delinquential.” (O Globo, 02/11/12)

Aires Brito ainda declarou para toda a imprensa que “o objetivo era eternizar o PT no poder”. Como se este não fosse explicitamente o objetivo legítimo de todo partido político. Claro, os partidos burgueses podem. Um partido dos trabalhadores não tem este direito.

Só estas declarações são suficientes para julgar e condenar o STF por perseguição política e de rasgar as liberdades democráticas.

*Serge é membro da DN do PT e da CE da Esquerda Marxista



A Santa Aliança contra a classe trabalhadora e suas organizações

Esquerda Marxista

Após a condenação de Zé Dirceu, Genoíno e Delúbio, os trabalhadores que entrarem no STF verão inscrito em sua fachada a frase que Dante Alighieri disse estar inscrita na porta dos Infernos: “Vós que entraís deixai aqui toda esperança”. Acrescentamos: especialmente se for da classe inimiga dos poderosos, porque para você existe a lei. Para os amigos, como FHC, Azeredo, Aécio, e outros, existe o STF.

Nos séculos XVII e XVIII as revoluções burguesas da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França liquidaram a “justiça” exercida pelos nobres ou pela Igreja, que não necessitava de provas, pois apenas servia para realizar o desejo dos poderosos e, se necessário, fabricavam as provas através da tortura. As revoluções burguesas instituíram outra “justiça”, que exigia provas do crime e que a acusação tivesse lógica, como por exemplo, “a quem o crime beneficiaria”. Na atual situação mundial, época do imperialismo, reação em toda a linha, vivemos uma situação onde a burguesia é incapaz de conviver com as liberdades democráticas e as conquistas operárias. A sociedade atual chegou a um ponto de putrefação que deve ser urgentemente substituída pelo socialismo, liquidando o regime da propriedade privada dos meios de produção.

O STF, que é o guardião “supremo” do “direito à propriedade privada”, age como a Santa Aliança fazia contra as revoluções democráticas em defesa do absolutismo. No caso presente atua contra a classe trabalhadora para barrar o caminho da luta

contra este regime podre e pelo socialismo. Atinge a classe através do ataque aos dirigentes das organizações de massa. Como já dissemos, pouco lhes importa que a política destes dirigentes de fato se restrinja a “desenvolver o capitalismo nacional”, como afirma a resolução do 4º Congresso do PT. É só ver o que se passou com Luís Carlos Prestes que a vida toda dirigiu o PCB praticando uma política ativa de apoio à burguesia e ao capital, mas teve que viver quase toda a vida como clandestino ou na cadeia. Seu crime era dirigir um partido que tinha o nome de comunista.

Para o STF, neste julgamento de classe, as declarações da polícia e a acusação do procurador são provas suficientes. Todas as relações políticas entre os dirigentes do PT, ou do governo, são apenas a demonstração dos objetivos criminosos de uma quadrilha. Lula e o Diretório Nacional do PT deveriam ser incriminados como organização criminosa. Toda a cúpula do governo Lula, ele incluído, e todos os ministros presos. Mas eles não fazem isso porque temem ir longe demais, atingindo diretamente Lula teriam que se ver com as massas nas ruas. Só a desequilibrada revista de extrema direita, a Veja, não percebe os limites que o STF cuida de não ultrapassar e se entrega à sua sanha de sangue. Não se pode procurar outra lógica neste julgamento que não a lógica política do linchamento político do PT e das organizações dos trabalhadores.

Assim como hoje no STF, aconteciam os julgamentos no regime de Vichy, na França governada por fascistas. Eram os tribunais sobre raça na Alema-

nha nazista. E nos processos de Moscou vimos Vichinsky como Gurgel e o STF como o Tribunal de Stálin que condenou Zinoviev, Kamenev, Bukharin e Trotsky como agentes do nazismo, do micado japonês e do fascismo. O jornal da burocracia russa agia como o jornal Estado de SP ou a Folha agem hoje, só que mais descaradamente devido ao regime de terror implantado por Stálin. Eles condenam por antecipação e dão a orientação dos tribunais. Há uma manchete famosa do Pravda, controlado por Stálin que anunciava: “Hoje se reúne o tribunal para julgar e condenar os assassinos de Kirov”.

Os julgamentos (quando não se fuzilava sumariamente) eram assim em todas as ditaduras. Inclusive na brasileira. Continua sendo assim na China, Coréia, no Irã. Nos EUA, mais sofisticados, os advogados dos presos de Guantánamo são perseguidos por patrocinar a causa de pessoas “indefensáveis” (ver Mark P. Denbeaux, The Guantanamo Lawyers: Inside a Prison Outside the Law, 2009).

Os condenados Zé Dirceu, Genoíno e Delúbio são “indefensáveis”, segundo o STF que, sendo generoso, e para cumprir o rito, deu-se ao trabalho de ouvir a defesa, apesar de que não lhe importa o que ela diga. O voto já está pronto e redigido.

E jornalistas burgueses exultam com a atitude do STF considerando que “a manifestação dos juízes evidencia a tendência em extirpar qualquer resquício de tolerância à corrupção e de resignação com a impunidade.” (FSP, 01/09/2012). Colunistas, articulistas, repórteres e editoriais unidos fazem coro à firmeza e correção do STF que “afi-

nal faz justiça.” Além do PSOL e PSTU, claro.

A política comanda tudo

A tese da acusação formulada por Roberto Jefferson, aliado e coligado de todos os que agora são acusados, é de que Dirceu e a direção do PT pagavam mesada para deputados votarem a favor de projetos do governo. A tese é politicamente absurda. Aliás, devem explicar qual projeto de Lula não tinha o interesse e o apoio da burguesia ou do capital internacional. E em que projetos seria possível comprar uma parte da burguesia para que votasse contra seus interesses de classe. Quem se beneficiou de projetos do governo Lula senão a própria burguesia ou setores dela? Que benefício tirou o governo “contra” a maioria do Congresso em seu próprio benefício ou do PT? Absurdo.

O único caminho

O único caminho é a luta de classes contra esta perseguição e contra estas instituições. Isso passa pelo PT romper as alianças com os partidos de direita e com o capital e entrar na via da mobilização para construir outras instituições. Passa por parar de enfrentar-se com os movimentos dos trabalhadores, as greves e manifestações e atender as reivindicações. O único caminho é este. O resto leva à desmoralização e ao inferno. Por isso apoiamos a realização de um Encontro Nacional da classe trabalhadora em defesa do PT, da CUT e contra a criminalização do movimento operário e popular.

Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico: é o retrocesso!

*Wanderci Bueno

wanderci.bueno@gmail.com

Os instrumentos de luta dos trabalhadores estão ameaçados

Historicamente os sindicatos surgiram como uma necessidade dos trabalhadores se defenderem da exploração capitalista e para lutar por novas conquistas. Em alguns momentos e países os sindicatos adquiriram um caráter extremamente reacionário, em outros, desenvolveram-se diretamente vinculados às lutas econômicas, em si; em outros, em situações de grande efervescência operária e de massas os sindicatos adquiriam um sentido revolucionário e se entrelaçaram com o surgimento de organismos de duplo poder e de controle operário. Não é nosso objetivo aqui realizar um tratado histórico sobre as origens e caráter dos sindicatos. Queremos apenas demonstrar, que o Anteprojeto de Lei apresentado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, denominado de Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico, vai no sentido da construção de um sindicalismo reacionário envolvido em embalagem aparentemente moderna e nova, mas que permanece, na essência vinculado à tutela do Estado, instituindo os Comitês Sindicais por Empresas (CSE) como Comitês de Colaboração com os Capitalistas, com os empresários e patrões. Pesado demais lançar esta afirmação ao abrimos o debate sobre o assunto? Acreditamos que não.

Para não incorrer em erros e falsa interpretação, não nos embasaremos aqui na Cartilha que o Sindicato fez para expor e fazer sua propaganda enganosa. Tão pouco nos basearemos em alguns escritos lançados por dirigentes sindicais, a favor ou contra. Nossa crítica parte da análise e leitura do Anteprojeto de Lei. O tomamos



Ministro Gilberto Carvalho recebe anteprojeto do ACE das mãos de metalúrgico

Crédito: Sindimetal-Taubaté

como ponto de partida porque uma lei não pode ser redigida de maneira propagandística, ela tem que dizer para quem veio e para quem veio.

Já na apresentação dos motivos do Anteprojeto podemos ler: “*É necessário, portanto, formular as bases jurídico-institucionais para que empresas e sindicatos profissionais organizados a partir dos locais de trabalho possam estabelecer – com a indispensável segurança jurídica e de forma compatível com a legislação em vigor – obrigações recíprocas, normas de proteção, condições específicas de trabalho e formas mais apropriadas de soluções de conflitos, em um ambiente de ampla participação dos trabalhadores e em consonância com as necessidades tecnológicas, organizativas e produtivas das empresas.*” Grifos meus.

Está escrito: segurança jurídica e de forma compatível com a legislação em vigor. Ou seja, segurança jurídica tutelada pelo Estado, sem romper com a CLT. Para que? Proteger os trabalhadores? Proteger seus direitos? Não!

Absolutamente não! Está escrito, claro como a luz do dia: formas mais apropriadas de soluções de conflitos, em um ambiente de ampla participação dos trabalhadores e em consonância com as necessidades tecnológicas e produtivas das empresas. Ou seja, quer envolver os trabalhadores em uma ‘ampla participação’ para entrar em consonância (concordância) com as necessidades da empresa. Segundo a proposta, os trabalhadores devem subordinar seus objetivos, colocá-los de acordo com os objetivos tecnológicos e de produção da empresa. O que quer dizer isso? Simples: os trabalhadores devem aceitar mudanças tecnológicas que cortam postos de trabalho, aumentam a produtividade e por que não, até mesmo realizar demissões em massa para salvar os empregos de poucos, cortando férias e outros direitos. Se o objetivo é estar em consonância com as necessidades produtivas da empresa, não necessariamente isso significa apenas aumentar ou reduzir a capacidade produtiva da empresa. Pode-se também fechá-la. Tudo democrática-

mente decidido pelos trabalhadores e empresários.

No mesmo preâmbulo de apresentação de motivos do Anteprojeto lê-se: “...a negociação coletiva permanente e a solução voluntária de conflitos se mostraram não apenas eficazes para reduzir significativamente o número de reclamações trabalhistas, individuais e coletivas, como têm contribuído para a melhoria da gestão de recursos humanos nas empresas, graças à presença da representação sindical nos locais de trabalho”. Vejam bem do que se trata: a existência da representação sindical nos locais de trabalho melhora a gestão dos recursos humanos. Que será isso? Qualquer trabalhador sabe que os RHs existem para fazer com que o lucro arrancado do lombo dos trabalhadores não seja tão sentido por eles e que quando eles sentirem o pesado fardo que é carregar o patrão nas costas, o façam sem greves, mas sim com negociações permanentes com os patrões para juntos, civilizadamente e com boa fé, encontrarem uma saída para que continuem carregando o pesado fardo de enriquecer os patrões, mesmo que isso signifique empregar cada vez menos mão de obra e cada vez mais aumentar a lucratividade.

Vejam alguns dados do Anuário da ANFAVEA (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores) referentes ao ano de 1992, quando aqui começou a prática das Câmaras Setoriais que foram as mães de origem da pseudomodernidade do “novíssimo” sindicalismo que agora apresenta os seus filhotes monstregos em nova embalagem: os Comitês Sindicais por Empresas.

Segundo o anuário, no Brasil, no ano de 1992, as automobilísticas empregavam 105.664 trabalhadores. Neste mesmo ano produziram 1.017.550 veículos faturando 30.363.000.000 de dólares.

>> Continua na próxima página



Em 2002 as fabricantes de veículos automotores faturaram 41.894.000.000 de dólares, 10 bilhões a mais que em 1992. Produziram 1.700.146 veículos (700 mil a mais que em 1992) com uma mão de obra que foi reduzida para a casa de 81.737 trabalhadores, ou 23.927 trabalhadores a menos. Ou seja, em 1992, em média, cada trabalhador fazia elevar o faturamento do ramo em questão em 287.354 dólares. 10 anos depois a parcela do faturamento arrancada do lombo de cada trabalhador saltou para 512.546 dólares. É isso que os “modernos artífices” do Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico defendem ser aplicado para ajudar a salvar o capitalismo da crise. Revela-se aqui o que é de fato consonância com as necessidades tecnológicas, organizativas e produtivas das empresas. É a concordância e subordinação dos trabalhadores às cruéis medidas draconianas que já vêm sendo aplicadas na Europa, particularmente na Grécia, em Portugal e Espanha.

Prepara-se um golpe contra as conquistas dos trabalhadores

Está em curso uma operação combinada de ataques por vários ângulos contra os trabalhadores.

Por um lado o STF com o julgamento e suas sentenças contra dirigentes históricos do PT, com a farsa do ‘mensalão,’ pretende criminalizar o conjunto dos dirigentes e das entidades sindicais e do movimento popular. Interditos proibitórios, prisões e condenações de sindicalistas, tentativas de restringir a criação de novos sindicatos, são ações que se combinam com o financiamento do governo para empresas e bancos, privatização da previdência e de todas as estatais, com isenções de todo tipo. Tudo com recursos saídos e arrancados do suor e da força de trabalho dos que realmente produzem riquezas: os trabalhadores.

Por outro lado, orquestram, com a participação e concurso da CUT, as chamadas comissões tripartites, e agora, tutelado pelo Estado, o mais importante e histórico sindicato do país, Me-

talúrgicos do ABC, com a participação de várias centrais sindicais, inclusive as mais pelegas, apresenta um projeto que, se aprovado, significará um duro golpe contra a organização e as conquistas dos trabalhadores.

O enterro da liberdade sindical

Se na Grécia, o FMI, e os governos imperialistas impuseram via parlamento uma série de cortes e ataques mas tiveram que enfrentar sucessivas greves gerais, no Brasil, está em curso uma operação para tentar impor a frio, normas e meios para evitar qualquer solavanco maior na luta de classes quando a crise aqui bater firme. Estas normas estão consubstanciadas no *Anteprojeto do Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico* encaminhado ao governo, aplaudido por centenas de empresários.

Quais são estas normas? Diz o Anteprojeto dos dirigentes sindicais:

“a- A definição do Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico como instrumento normativo de caráter facultativo e voluntário, para permitir que o sindicato profissional e as empresas estipulem condições específicas de trabalho aplicáveis ao âmbito da empresa, considerando suas peculiaridades, a vontade expressa de seus empregados e a possibilidade de adequação da legislação trabalhista, observado o art. 7º da Constituição Federal.

b- A valorização da boa-fé como princípio fundamental da negociação coletiva estabelecidas nas Convenções nº 98 e nº 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificadas pelo Brasil;

c- A prévia habilitação conferida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que com base em critérios objetivos credencia o exercício regular de práticas sindicais qualitativamente diferenciadas, como condição indispensável para que os sindicatos profissionais celebrem Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico;

d- O reconhecimento e a garantia do exercício, por parte da empresa, do

direito de representação sindical no local de trabalho, sob a forma do Comitê Sindical de Empresa, cujas organização e funcionamento devem ser disciplinados pelo estatuto do sindicato profissional. (Os grifos são todos meus)

O sindicato e as empresas (patrões), segundo o expressamente redigido no item a, devem estipular as condições específicas de trabalho aplicáveis em cada empresa. O que é isso senão o fim de qualquer garantia expressa em Lei existente e que se aplica ao conjunto dos trabalhadores de uma determinada empresa? É o que os juristas denominam de prevaquecimento do ‘negociado’ sobre o legislado. Aqui o termo negociado está entre aspas porque ele encobre que na verdade o negociado é aquilo que em conjunto, patrões e dirigentes sindicais estabelecem como aplicável para cada empresa.

Traduzindo em miúdo, se os dirigentes sindicais e patrões entenderem que o aplicável para uma determinada empresa deva ser uma jornada de trabalho de 10 horas diárias, sem pagamento de horas extras e até mesmo sem o famigerado banco de horas, isso deve prevalecer sobre a Lei de 46 horas semanais. Ou ainda, se acertarem que os salários devam ser reduzidos e deva ser demitido um número x de trabalhadores para salvar um número y de empregos, sem indenização alguma, isso deve ser respeitado e acatado, não cabendo inclusive qualquer demanda judicial por parte dos trabalhadores.

E mais, se o piso salarial de uma empresa é hoje de R\$ 900,00 reais, e em nome da boa convivência entre o patrão e os trabalhadores, para garantir o futuro da empresa, chegarem a um acordo de que o piso deva ser reduzido, isso deve ser respeitado.

Essa lista obviamente pode se estender para as férias, fazendo com que elas passem a ser remuneradas em apenas um terço ou metade de seu valor, ou ainda simplesmente que, no limite, elas passem para bianual. Há que se cumprir o que os sindicalistas e patrões acordarem, não haverá nenhuma lei que proteja o trabalhador.

O salário mínimo poderá ser trans-

formado em salário mínimo por empresa e ter o valor que os negociadores consensuarem. Tudo baseado na sagrada norma da boa fé (item b), que para os patrões significa um bom lucro e salvação de seus negócios.

O item c dá ao Ministério do Trabalho, a primazia do direito de habilitar ou não tal ou qual Comitê Sindical de Empresa, e mais, credencia ou não as práticas sindicais qualitativamente diferenciadas, enterrando de vez a liberdade sindical definida pela OIT e expressa como pedra angular na fundação da CUT.

O item d determina que o Comitê Sindical de Empresa, terá sua organização e funcionamento disciplinados pelo estatuto do sindicato profissional e não pelos trabalhadores da empresa por meio de Assembleia livre e soberana. Por fim, vale destacar que em todo o Anteprojeto não aparece, não é mencionada sequer uma vez a necessidade de uma Assembleia dos trabalhadores da empresa para aceitar ter o Comitê Sindical ou ainda qualquer acordo realizado, para este caso, a decisão será por meio do voto secreto, desmantelando-se o instrumento superior de diálogo, decisão e unidade que representam as Assembleias. Será a vontade dos patrões e dos dirigentes sindicais que se imporá sobre o conjunto dos trabalhadores.

Isso tudo é produto da equivocada concepção de que é possível melhorar o capitalismo, regulá-lo. É também produto de uma política de colaboração de classes que, para se realizar prescinde da livre organização sindical da classe.

Os trabalhadores, ainda não despertaram para os perigos que estão colocados por propostas que não se baseiam na vontade e organização da classe. Os marxistas devem se empenhar para estudar o Anteprojeto e nos sindicatos onde combatem, explicarem que esta política levará o movimento sindical à estagnação, fragmentação e no limite, à destruição. A CUT, a exemplo da CUT Metropolitana de Porto Alegre, deve recusar tal proposta.

*Wanderci é editor do JLC

A criminalização das greves é a criminalização da classe trabalhadora

*Alexandre Mandl

xxxxxxxxx@yahoo.com.br

A burguesia e seu Estado, sempre lançam suas instituições, suas tropas e leis para reprimir as greves e as lutas da classe trabalhadora. Às vezes faz isso de maneira violenta e usando diretamente o aparelho repressor oficial do Estado (polícia e exército). Às vezes utiliza-se até mesmo de milícias privadas contra os movimentos, como ocorre no Brasil contra o MST. Mas também é certo que a burguesia se utiliza muito do Poder Judiciário, que possui a aparência de neutro e imparcial.

A burguesia adota medidas como: demissões, descontos na folha de pagamento, perseguições internas nos locais de trabalho, utilização dos grandes meios de comunicação para deslegitimar a direção sindical, manipulando dados e informações, buscando sempre jogar o conjunto dos trabalhadores contra determinada categoria ou contra um setor que está mobilizado. Além disso, utiliza-se do Poder Judiciário para aplicar multas aos sindicatos, demissões de lideranças, interditos proibitórios (que são instrumentos jurídicos para proibir piquetes, carros de som, assembleias, e mesmo presença de dirigentes sindicais nas imediações das empresas), imputando crimes aos líderes sindicais, condenando-os e prendendo-os.

Nos casos onde a burguesia perde o controle da situação ela aplica o verdadeiro terror contra as greves, organiza até mesmo atentados e assassinatos dos trabalhadores, principalmente de suas lideranças. A burguesia tem verdadeiro pavor de que uma luta possa se generalizar e transformar-se em greve geral e até mesmo em revolução.

A criminalização das greves vem em um crescendo e é sempre usada em nome da garantia da “ordem pública”, da “ordem econômica”, na defesa da propriedade. Com isso a burguesia quer impedir que os trabalhadores “cruzem os



Crédito: Diego Novaes

braços” e demonstrem quem realmente produz a riqueza na sociedade, que é possível viver sem a existência dos patrões, que é possível produzir e garantir uma vida plena de felicidade para a maioria da população sem os patrões e sem a exploração. O Movimento das Fábricas Ocupadas já provou isso no Brasil. A Flaskô, 10 anos depois da ocupação da CIPLA e Intefibra, segue sendo um exemplo desse combate.

Servindo o capital, as criminalizações das greves no Brasil pretendem destruir a organização da classe trabalhadora

Para não ir tão ao passado, podemos rememorar o significado da repressão e

criminalização à greve dos petroleiros em 1995, ou à greve da CSN, no RJ. Ali, a burguesia brasileira definia o caminho que se consolidava “mesmo em tempos de democracia”, qual seja, de não permitir qualquer organização e resistência da classe trabalhadora contra o capital. Esse era o recado já dado por Reagan e Thatcher, com a criminalização das greves dos controladores de voos nos Estados Unidos, ou com os mineiros na Inglaterra.

Durante o governo Lula, por conta da conjuntura econômica e do papel de contenção que conseguia exercer sobre as massas, o que dificultou a ação sin-

dical mais radicalizada do movimento de massas, é certo que muita repressão ocorreu, especialmente por meio do uso da judicialização das greves, fazendo com que o Lula inclusive “se escondesse por trás” da suposta independência entre os três poderes. Agora, durante o governo de Dilma, com a diminuição do poder de contenção social (apesar de todas as manobras das direções que defendem o tripartismo e a colaboração de classes), a “máscara começa a cair”.

Avançam as contradições entre o capital e o trabalho

Pressionado pelas bases, as direções do movimento operário, às vezes, ao menos no discurso, declaram-se por lutar, mas pouco fazem, preferem colaborar com o governo de coalizão com a burguesia, com isso ela avança mais e mais. A repressão aos trabalhadores das “grandes obras do PAC”, particularmente das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, anunciavam o início do processo de rompimento de calma social. Depois, foi emblemática a intransigência do governo federal com os trabalhadores do Correios em 2011, onde, após medida jurídica dos Correios, a mando de Dilma, cortou-se o ponto de 21 dias de greve de toda categoria. Com os professores nas redes estaduais ou com os servidores municipais, os exemplos são numerosos. Na greve dos servidores federais desse ano o procedimento foi o mesmo, mas com proporções ainda maiores, o que nos levou a constatar uma “mudança de qualidade do governo Dilma”, indo ainda mais à direita.

A CUT, a base dos sindicatos, os dirigentes honestos e de luta, os movimentos sociais devem se unir contra a criminalização. A defesa da CUT e do PT e o combate contra a criminalização de todas as organizações e movimentos é o que a Esquerda Marxista está a propor.

*Alexandre é advogado da Flaskô e membro da direção da Esquerda Marxista

Na Europa, a crise se aprofunda e a luta cresce

*Alex Minoru

alexminoru@yahoo.com.br

Para conter a crise econômica que eclodiu em 2008, governos de todo o mundo despejaram trilhões de dólares no salvamento de bancos e empresas privadas. Uma “caridade” que custou caro para os cofres públicos e a conta está sendo paga pelos trabalhadores, através da retirada de direitos e do desemprego. A nova onda da crise econômica, que tem trazido cortes profundos nas condições de vida dos trabalhadores europeus, nada mais é que a crise de 2008 com uma nova face.

No mês de setembro, segundo a Eurostat, a União Europeia (UE) atingiu novo recorde na taxa de desemprego, chegando a 11,6%. Isso significa em números absolutos que 25,75 milhões de trabalhadores europeus estão desempregados nos 27 países membros da UE. Na Espanha, a taxa chegou a 25,8% em setembro, atingindo 54,2% entre os jovens com menos de 25 anos. A Grécia, sem dados oficiais desde julho, tinha 25,1% dos trabalhadores desempregados naquele mês, sendo que entre os jovens essa taxa era de 55,6%.

Para se ter um ideia do impacto da crise basta verificar que em abril de 2008 a taxa de desemprego na União Europeia estava em 6,8%. Na Espanha, 7,8% e na Grécia, 9,9%. Ou seja, a crise significou uma abrupta mudança para pior na vida dos trabalhadores europeus.

Obviamente, com tamanho desemprego, o consumo diminuiu. A indústria automobilística, uma das mais afetadas, registrou queda, no 1º semestre, de 8% nas vendas na UE. Isso acarretou novos fechamentos de postos de trabalho. A francesa Peugeot anunciou a redução de 8 mil postos de trabalho e o fechamento da planta de Paris. Medidas desse tipo podem ser vistas na Fiat, na Renault, na Volvo, Volkswagen, etc. A americana GM anunciou, no final de

outubro, a demissão de mais 2.600 trabalhadores em suas fábricas na Europa. Desde o início do ano já haviam sido 2.300 demissões.

É um ciclo vicioso sem fim próximo. O próprio FMI admite que essa crise deve perdurar por pelo menos uma década.

Além da destruição dos postos de trabalho, a crise tem imposto retiradas de direitos, cortes em áreas sociais e privatizações. Até ilhas gregas foram privatizadas!

A “troika” (União Europeia, Banco Central Europeu e FMI) exige, o governo grego, encabeçado pelo partido de direita Nova Democracia, reclama um pouco, mas no final aceita tudo, como bom capacho dos capitalistas. Para o orçamento grego de 2013 está previsto um corte de 9 bilhões de euros. Isso significará redução de salários e demissões de funcionários públicos, redução de aposentadorias e cortes em direitos dos trabalhadores. O pacote conta com o traidor apoio do PASOK, o Partido Socialista, que compõem o governo.

Espanha, Portugal e mesmo a França, organizam mais cortes orçamentários para o próximo ano.

A resistência dos trabalhadores

A crise segue e se aprofunda. Mesmo países centrais como França e Alemanha registram desaceleração do crescimento econômico e queda na produção industrial.

Os trabalhadores e jovens tem demonstrado seguidamente uma incrível disposição para a luta contra a austeridade. A partir do anúncio do novo pacote de cortes para o orçamento do ano seguinte, trabalhadores gregos organizaram nova greve geral de 48 horas no país. Como já analisamos em outros textos, em nossa opinião, especialmente na Grécia, o período das greves gerais com tempo determinado já passou há tempos. É hora de uma greve geral por



Greve Geral Européia, 14 de novembro: manifestação em Portugal

tempo indeterminado, que coloque o governo e a burguesia na parede e questione a própria legitimidade da permanência desse governo.

As Centrais Sindicais, em vários países europeus, realizaram greves gerais simultâneas no dia 14 de novembro. Participaram das mobilizações os trabalhadores de 26 países, entre eles os da França, Portugal, Espanha, Bélgica e Grécia. Esperam-se agora novas e massivas mobilizações nesses países que já foram sacudidos em 2012 por grandiosas manifestações unitárias. É preciso colocar no horizonte da luta da classe operária europeia a construção dos Estados Unidos Socialista da Europa.

E o resto do mundo com isso?

Mas seria uma ilusão acharmos que a crise restringe-se à Europa. Recordemos que o epicentro da crise de 2008 foi os EUA e que apesar de uma tímida recuperação, os problemas não estão resolvidos. A China já deu sinais de desaceleração da economia, os maiores compradores de seus produtos estão em dificuldades, a Europa em recessão e os EUA estagnados. O rumo que tomar a situação da economia chinesa terá grande impacto para a economia

mundial, inclusive para o Brasil, que tem na China o maior comprador de seus produtos, principalmente commodities. O Brasil, aliás, deve fechar 2012 com um píffio crescimento em torno de 1,5%. Apesar de todo o incentivo dado às indústrias, em especial do setor automobilístico, que permitiu um pequeno crescimento no 3º trimestre do ano.

Não há para onde correr no mundo capitalista, a sobrevivência desse sistema só reserva maior esmagamento nas condições de vida dos trabalhadores. As conclusões revolucionárias, ou seja, de que é preciso mudar toda a estrutura da sociedade, tem crescido, especialmente entre os trabalhadores europeus. As direções reformistas, tanto nos partidos operários, quanto nos sindicatos, tentam conter as lutas, fazê-las retroceder e desviá-las do caminho da luta pela tomada do poder. Mas a roda da história gira. Quando os trabalhadores estiverem organizados em verdadeiros partidos revolucionários de massa e tomarem o caminho da construção de uma sociedade socialista estarão abertas as condições para libertar a humanidade da ameaça da barbárie capitalista.

*Alex é dirigente da Esquerda Marxista

China: aprofunda-se a crise e a luta de classes

Crédito: Internet



Congresso do Partido Comunista Chinês

*Wanderci Bueno

wanderci.bueno@gmail.com

As greves anunciam uma nova situação

No final de setembro e início de outubro a burocracia do Partido Comunista Chinês entrou em pânico. Os trabalhadores da Foxconn Technology Group em Taiyuan, que fabrica componentes para a Apple iPhone, onde ocorreram vários casos de suicídio decorrentes de maus tratos, entraram em greve após

vários dias de enfrentamentos com a gerência. A burocracia tentou qualificar o movimento como sendo uma atitude de bandos operários descontentes uns com os outros. Os trabalhadores queimaram camas e as atiraram pelas janelas, enfrentaram cerca de 5 mil policiais tombando vários de seus carros. Mais de 60 operários foram internados, vítimas da brutal repressão.

De outras unidades da fábrica, em Shandong e Shenzhen, enviaram cartas em solida-

riedade aos trabalhadores de Tayuan. Em 5 de outubro os jornais ocidentais noticiaram que a fábrica de Zhengzhou também paralisara.

As greves, que se moviam nos subterrâneos e eram escondidas pela imprensa e pelo aparato de Estado, agora são vistas em todo mundo por vídeos do YouTube. A burocracia está fragilizada e só lhe resta mostrar aos operários chineses e à humanidade suas armas, seu punho de ferro e seus pés de barro. A classe operária aque-

ce seus músculos e desenvolve sua consciência no calor dos combates.

Um gigante com pés de barro

As matrizes das multinacionais exigem que suas fábricas na China ajudem a salvá-las do câncer que vai dilacerando a economia mundial. Para surfarem na crise em seus países de origem, exigem mais e

>> Continua na próxima página

mais produtividade e cortes em todo o mundo. Mas a burocracia já não consegue esconder-se por detrás de uma fachada comunista, está cada vez mais obrigada a mostrar a cara como gerente do imperialismo. Os burocratas que outrora se apresentavam como socialistas revelaram ao mundo seu caráter parasitário e restaurador da ordem capitalista: são negociadores e negociantes menores do imperialismo.

O que está ocorrendo hoje na China revela que Trotsky tinha absoluta razão quando afirmava que a farsa do socialismo em um só país, cedo ou tarde servir como apoio para dar sobrevida ao imperialismo decadente e restaurar o capitalismo, mas que ao mesmo tempo engendraria e prepararia as forças que realizariam seu funeral. Agora, sem a máscara do socialismo em um só país, a nova burguesia dependente e servil, empurra a economia chinesa ladeira abaixo.

As lojas estão abarrotadas de mercadorias, as revendedoras de carros não têm para quem vender. E todos sabem que quando esta queda acelerar-se os imperialistas estarão confrontados com um dilema: salvar seus gerentes chineses ou salvar a própria pele? Grandes acontecimentos na luta de classes estão se preparando na China e farão derreter os pés de barro do gigante.

A crise do capitalismo está mergulhando todos os países na escuridão

Se por um lado o período após a Segunda Grande Guerra propiciou muitas conquistas à classe operária, abrindo uma fase de grandes revoluções, por outro a reconstrução do que foi destruído com a guerra permitiu ao capitalismo um fantásti-

co período de sobrevida e crescimento. A política de capitulação do stalinismo, bloqueando e impedindo a revolução na Europa quando o Exército Vermelho já havia ocupado a Alemanha e boa parte do continente, garantiu uma oxigenação ao capitalismo e, posteriormente, propiciou que a burocracia chinesa se alimentasse desse oxigênio. Mas esse gás essencial à vida, na economia capitalista tardia nasceu da podridão e da decomposição do sistema. Veio à tona graças à matança de milhões de trabalhadores e à destruição das forças produtivas em todo mundo.

A burguesia vangloriou-se de ter transformado a China na grande fábrica do mundo. Mais de 1 bilhão de dólares de capital estrangeiro foram investidos neste país em menos de

27 anos, entre 1982 e 2009 (ler “O desenvolvimento da China e suas consequências globais”, de Xiaoqin Ding, em Tensões Mundiais). O mundo foi abarrotado de produtos manufaturados e produzidos a preços baixos. Suas matérias primas inundaram os mercados e seu PIB atingiu um crescimento médio de 10% ao ano. Agora, tudo parece caminhar para a decadência.

Em 20 anos a porcentagem dos salários em relação ao PIB caiu de 57%, em 1983, para 36,7%, em 2003 (ver obra citada acima). A China se transformou em um imenso quintal de multinacionais: quase 33% das indústrias têxteis são estrangeiras e as de computação têm 99% de capital estrangeiro. São fabricantes baratos de peças, mas isso encontra, mais cedo do

pensavam os burocratas, seus limites no mercado mundial em crise. Segundo o governo chinês, as estimativas para o período que vai até 2015 são de um PIB de 7%. Na melhor das hipóteses, 7,5%.

Duros tempos se avizinham. A classe operária dará a palavra final? Tudo dependerá da construção do partido operário chinês, um partido que retome as tradições da Revolução Russa de Outubro de 1917. As greves e conflitos nas fábricas são o potente caldo para essa construção. A CMI esforça-se para ir adiante nessa tarefa que é parte da imensa obra que os marxistas têm pela frente em todo o mundo.

** Wanderci é editor do Jornal Luta de Classes*

Crédito: Internet



Trabalhadores protestam nas ruas de Xangai

95 Anos da Revolução Russa

*Mario Conte

alexminoru@yahoo.com.br

Como bem definiu o historiador E.H. Carr, a revolução bolchevique de outubro constituiu “o primeiro desafio claro ao sistema capitalista, que atingira seu ponto culminante na Europa em fins do século XIX.” Exaurido de qualquer componente progressista, o capitalismo havia se transformado no portador da barbárie para toda a humanidade. Evitar a disseminação dessa barbárie, como de uma peste por contágio, é a tarefa primordial de todo revolucionário ainda hoje. Nas palavras de Trotsky: “A história da revolução é para nós, antes de mais, a narração de uma irrupção violenta das massas no domínio onde se pautam seus próprios destinos.” Apenas a vacina da revolução social, que eliminará a propriedade privada de produção e a divisão da sociedade em classes exploradoras e exploradas, pode impedir que a barbárie se espalhe pelo mundo feito epidemia: a mesma barbárie que tentou remover a vida da jovem Malala Youzafzai no Paquistão e que condena à morte milhões de seres humanos, pela fome ou por doenças cuja cura já é conhecida há décadas. Enquanto os meios de produção, aí incluídos de alimentos e remédios, forem privados, o interesse de pequenos grupos de pessoas prevalecerá sobre o da grande maioria da população mundial.

Na época da revolução, a Rússia vivia em extremas condições, aprofundadas pela aventureira iniciativa do regime autocrático do czar em participar da guerra das nações imperialistas, iniciada em 1914. Um país essencialmente agrário até a metade do



Revolução Russa: os bolcheviques marcham em Petrogrado

século XIX, cujo desenvolvimento econômico atrasado aumentava a distância entre as classes sociais, a Rússia passaria por uma industrialização crescente a partir de 1890, ao atrair investimentos estrangeiros que criaram uma classe financeira e industrial, que acumulou crescente poder econômico e influência, ao mesmo tempo em que simpatizava com as ideias liberais do ocidente e mantinha um vínculo de grande dependência com do capital estrangeiro, fato que impossibilitava que ela impulsione e desenvolvesse o país por si. Conjuntamente a essa classe burguesa dependente dos capitalistas europeus nascia também um proletariado industrial e com ele já as primeiras greves em 189 e já em 1897 foi fundado o Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), que em

seu congresso de 1903 se dividiu em duas tendências: os mencheviques, de caráter reformista e que aceitavam a conciliação de classes; e os bolcheviques, revolucionários que lutavam pela organização independente do proletariado russo, por compreenderem que uma burguesia nativa, dependente das nações estrangeiras, não poderia cumprir qualquer papel progressista revolucionário, mesmo contra um regime despótico, autoritário e altamente repressor como a monarquia dos Romanov.

Como Trotsky explica em “História da Revolução Russa”:

“As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantes. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atra-

sados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha.

Sob a pressão da Europa mais rica, o Estado russo, em

>> Continua na próxima página



comparação com o Ocidente, absorvia uma parte proporcional bem maior da riqueza pública, e, desta forma, não apenas condenava as massas populares a uma redobrada miséria, mas ainda enfraquecia as bases das classes possuidoras, tendo porém o Estado necessidade do apoio destas últimas, apressava e regulamentava sua formação. Como resultado, as classes privilegiadas, burocratizadas, jamais conseguiram erguer-se em toda a sua pujança, e o Estado russo não fez senão aproximar-se ainda mais dos regimes despóticos da Ásia. A autocracia bizantina, adotada oficialmente pelos czares moscovitas no início do século XVI, submeteu os grandes senhores feudais boiardos com o auxílio da nobreza, e dominou-os transformando em servos a classe camponesa e erigindo-se por tais meios em monarquia absoluta: o absolutismo de São Petersburgo. O atraso no conjunto do processo está suficientemente caracterizado pelo fato de o direito de servidão, surgindo em fins do século XVI, estabelecido no século XVII, ter atingido o pleno desenvolvimento no século XVIII, sendo juridicamente abolido apenas em 1861.”

Dessa forma, a primeira revolução russa de 1905 esteve toda ela grávida de contradições, como o surgimento de organizações independentes do proletariado (os conselhos operários – soviets – que criavam um poder paralelo ao do Estado) concomitantes a uma vacilante burguesia que aderiu à revolução por maiores liberdades democráticas e por uma assembleia constituinte, mas voltava-se logo para o lado da contrarrevolução ao ver que as massas demonstraram disposição de avançar mais e aprofundarem a revolução. A falta de

uma direção revolucionária e, de um partido forte e enraizado nas massas, na época, fez com que as massas camponesas aderissem espontaneamente, sem nem apoiar propriamente uma ou outra parte na revolução. O espontaneísmo, a falta de preparo e desorganização das massas impediu que as melhores experiências de 1905 se espalhassem em uma vaga revolucionária que inundasse toda a Rússia em profundas transformações sociais. Assim, as forças da reação organizaram a contrarrevolução e sequer as reformas democráticas liberais, prometidas pelo czar para conquistar os burgueses, foram implementadas. Ao contrário disso, se passaram anos de recrudescimento e repressão, obrigando os revolucionários a agirem na clandestinidade em seu trabalho de propaganda e agitação junto às massas trabalhadoras.

A Primeira Guerra Mundial (1914/18) aprofundou ainda mais as contradições russas, até que o chicote da contrarrevolução tornou a vida das massas insuportável, com a crescente insatisfação culminando na revolução de fevereiro de 1917, que depôs o czar e instituiu um governo provisório, que alçou moderados conciliadores de classe no poder. Nesse momento, grandes líderes de outubro, como Trotsky e Lênin, encontravam-se no estrangeiro, exilados, mas atuantes através da produção de materiais de propaganda e agitação. A agudização contínua do processo levou as massas à desilusão com o governo provisório, já que este não trouxe a paz, nem fez as reformas necessárias e sentidas. Pela experiência prática, as massas, especialmente o proletariado urbano, radicalizaram-se o suficiente até se sublevaram contra o governo provisório, transmitindo o poder para os soviets.

A percepção e análise correta do ânimo das massas permitiu aos bolcheviques se encontrarem na linha de frente dessa ação, ganhando a maioria no Congresso dos Soviets ao mesmo tempo em que dirigiam a insurreição armada das massas pela tomada do poder, da noite de 24 de outubro até o triunfal dia 25.

O fortalecimento e organização do proletariado ocorreu conjuntamente ao fortalecimento de suas organizações. Seus dirigentes se prepararam para o momento no qual a história lhes cobrasse uma ação, forjados pacientemente pela têmpera do método materialista dialético e nos embates da luta de classes. Assim como o partido bolchevique forjou dirigentes preparados para as necessidades históricas revolucionárias, os partidos reformistas produziram toda a sorte de conciliadores e oportunistas, muitos dos quais não conseguiram avançar e se voltaram contra o proletariado nos momentos decisivos. Ainda hoje, os conciliadores e reformistas funcionam como o freio da luta de classes dentro das organizações proletárias, mesmo com a burguesia contrarrevolucionária atacando todas as organizações operárias indistintamente.

A Revolução Russa nos ensinou que devemos combater sempre pela organização independente do proletariado, que deixe de lado toda e qualquer ilusão nas instituições burguesas e na ideia da possibilidade de convívio harmonioso com aqueles que, para satisfazer a sanha do seu deus, o capital financeiro, sacrificam diariamente membros da classe trabalhadora.

A construção de um partido revolucionário, com quadros marxistas, foi o que permitiu a vitória do proletariado russo em 1917. A ausência desse partido fez com que as convulsivas

jornadas, como a “Primavera árabe” ou a sucessão de greves gerais gregas, estancassem, sem irem na direção da tomada do poder.

A construção desses quadros em um partido internacional com referência nas massas, apoiado na política de frente única e demonstrando que o conjunto de interesses de qualquer membro do proletariado não é distinto da direção, representará a solução da crise de direção do proletariado.

Estudar a Revolução de Outubro em seus 95 anos não é celebrar um ícone ou modelo perdido no tempo. É compreender a dinâmica dos fatos em toda a sua riqueza e contradições, para entender como as massas se educam pela prática, e não hesitam avançar quando a perspectiva da tomada do poder se faz concreta e objetiva. Uma direção consequente e comprometida com os anseios das massas, porque compreende seu estágio de consciência e dialoga com ele apontando sempre, explicando que para a emancipação das massas é necessário romper com a classe inimiga, recusar governos de coalizão (conciliação de classe).

Essa é a direção que as massas necessitam para realizarem sua tarefa histórica de varrer o capitalismo e toda a barbárie do mundo. Essa é a direção que a CMI busca criar pelo mundo, na forja da dinâmica viva da luta de classes. Esse é o combate da Esquerda Marxista: ajudar a construir um partido marxista internacional de massas, dando prosseguimento ao legado de Lênin, Trotsky e da grande Revolução Russa, que foi violentamente destruída pelo stalinismo e pelo capital, mas que deixou grandes ensinamentos aos trabalhadores de todo mundo.

**Mário é dirigente da Esquerda Marxista*

Carta à Direção Nacional do PT e da CUT

Encontro Nacional de Trabalhadores em defesa do PT e da CUT

Contra a criminalização do movimento operário e popular

Companheiros e companheiras,
Dirigimo-nos a vocês porque este é um momento muito grave para a classe trabalhadora, para nossas organizações e nossas lutas. Estamos frente a um salto de qualidade na ofensiva dos capitalistas cujo objetivo é criminalizar organizações e dirigentes para destruir, desagregar e desmoralizar a resistência da classe trabalhadora. A crise capitalista varre o mundo e em todos os lugares as classes dominantes varrem a democracia e cada vez mais utilizam instrumentos totalitários para governar e salvar o capital. É o que o STF tenta fazer no Brasil apoiado e orientado pela orquestra da mídia capitalista.

O mesmo STF que condena Zé Dirceu, Genoíno e outros, sem nenhuma prova, recusou julgar o “mensalão mineiro” do PSDB, absolveu Collor de Mello por “falta de provas”. Engavetou os processos contra Maluf até que prescreveram, porque o STF “não encontrou o ex-ministro Delfin Neto para depor no processo”. Este STF declarou os torturadores da Ditadura Militar como “agentes políticos” e garantiu-lhes anistia eterna.

O STF escandalosamente se desmascara ao condenar Zé Dirceu, Genoíno e outros, porque “O PT tem um projeto de se eternizar no poder”, como se este não fosse o objetivo legítimo de todo partido político. Uma corte totalitária, acima da democracia, se arroga então o direito de decidir quem pode ou não governar o país?!

O STF condena sem provas, bastalhe a acusação e sua vontade política rasgando a Constituição e o Direito. Tentando decidir os rumos políticos do país marca o centro do julgamento para a semana das eleições.

O STF não foi eleito pelo povo. É um corpo de membros da elite com a tarefa de vigiar, controlar e castigar a classe trabalhadora quando ela ousa se levantar contra a opressão e explora-

ção. E foi isso que ela fez ao eleger um operário como presidente e um Partido dos Trabalhadores para governar o Brasil.

Independente do que cada um de nós possa pensar sobre a política desenvolvida por Zé Dirceu, Genoíno e outros, estando ou não de acordo com ela, para nós é evidente que se trata, para o STF e a mídia, de através deles atingir todas as organizações da classe. Se há questões políticas e de métodos a serem resolvidas é a própria classe trabalhadora que deve resolver, e não o tribunal de exceção dos capitalistas chamado STF.

Eles não pretendem parar. Há anos criminalizam os movimentos sociais em crescente fúria. É por isso que um editorial do jornal O Estado de São Paulo já declara a CUT como organização criminosa. Se isso continua, todos, sindicatos, a UNE, o MST, os partidos de esquerda, as organizações populares, todos serão atingidos.

Em todo o país já são centenas de dirigentes do MST, dos sindicatos e das fábricas ocupadas, ou presos, ou processados e condenados sem provas ou mesmo apesar das provas de inocência. Fazer greve, ocupar terras ou fábricas, lutar pela vida e para mudar a vida, é caso de polícia para as classes dominantes.

É hora de reagir. É hora de parar de “falar nos autos” e ir para as ruas. E a nossa resposta começa por agrupar nossas forças, discutir a gravidade da situação nos sindicatos, nos partidos da classe trabalhadora, entre a juventude, e preparar a batalha para reverter a situação. Nós consideramos que ninguém, nem a presidente da República, que é do PT, pode se calar e aceitar este ataque contra a democracia e as organizações da luta de classes.

Propomos:

Realização de um Encontro Nacional de Trabalhadores em defesa do PT,

da CUT e contra a criminalização do movimento operário e popular.

Quem deve decidir os rumos do país é o povo soberano de quem todo poder emana e não um tribunal de exceção que ninguém elegeu. Todo poder ao povo!

Abramos a discussão sobre como anular todas as condenações e todos os processos contra os militantes dos movimentos sociais. Projeto de iniciativa popular, Projeto de Lei, Decreto ou, Medida Provisória anulando, anistando, todas as acusações, processos e condenações dos militantes das organizações dos trabalhadores. Nenhum militante social processado! Nenhum militante social condenado! Nenhum militante social preso!

Campanha internacional de defesa do PT, da CUT e contra a criminalização das organizações operárias e populares. Solidariedade com as lutas dos trabalhadores de todo o mundo!

Primeiros signatários:

Serge Goulart (Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores-PT); **Severino Nascimento (Faustão)** (Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores-CUT); **Roque Ferreira** (vereador PT/Bauru, Diretor sindicato dos ferroviários); **Adilson Mariano** (vereador PT/Joinville); **Pedro Santinho** (Coordenador do Conselho da Fábrica Ocupada Flaskô); **Alex S. Batista dos Santos** (Executiva CUT/SC); **Álvaro Alves (Bambu)** (Executiva da Confederação Nacional - Químicos - CUT); **Arlindo Belo da Silva** (Direção da Confederação Nacional do Ramo Químico - CUT); **José Vanilson Cordeiro** (Secretário de Políticas Sociais: Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS)); **Wanderci Bueno** (Editor do Jornal Luta de Classes e do site www.marxismo.org.br); **Verivaldo Mota (Galo)** (Executiva do Sindicato dos Vidreiros de São Paulo - CUT); **José Guido Brito** (Executiva do Sindicato dos Vidreiros - SP); **Ulrich Beathalter** (Presidente

do Sindicato dos Servidores Públicos dos Municípios de Joinville, Garuva e Itapoá - CUT); **Rosângela Soldatelli** (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis - CUT); **Milton Jacques Zanotto** (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Instituições Privadas de Ensino do Norte Catarinense); **Clarice Erhardt** (Coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Estadual de Santa Catarina - regional Joinville); **Plínio Mércio Baldoni** (Diretor Executivo do Sindicato dos Ferroviários de Bauru e Mato Grosso do Sul - CUT); **José Carlos Miranda** (Vice-presidente do PT-Caieiras/Coord. Do MNS); **Mario Conte** (Diretor Trabalhista do Sindicato dos Músicos Profissionais Independentes da Grande São Paulo); **Rafael Prata** - Diretório Municipal do PT Campinas/SP); **Josenildo Vieira de Mello** (Direção do Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Pernambuco - CUT); **Maria de Lourdes Coelho** (Executiva da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal - CUT); **Mirian Neide dos Santos** (Executiva do SINTEEPE-PE - CUT); **Ricardo Moraes** (Direção do Sindicato dos Químicos de Pernambuco - CUT); **Fernando Lima** (Executiva do SINDSEP-PE - CUT); **Carlos Castro** (Executiva PT-SC); **Fernando Leal** (Direção Sindicato dos Petroleiros/RJ); **Humberto Belvedere** (PT/RJ); **Luís Bicalho** (ex-Executiva Nacional CUT); **Caio Dezórzi** (DM PT/SP); **Tiago Duarte** (Diretor DCE UFSC); **Daison Roberto Colzani** (Presidente do DCE da Univille/SC); **Johannes Halter** (Presidente DCE IELUSC/Joinville); **Renato Vivian** (Professor/Curitiba); **Fabiano Stoiev** (PT/Curitiba); **Francine Hellmann** (Coordenadora da Juventude do PT de Joinville/SC); **Nicolas Marcos** (Presidente da União Joinvillense dos Estudantes Secundaristas (UJES)/SC); **Mayara Inês Colzani** (Diretora do Diretório Acadêmico Nove De Março - DANMA-UDESC); **Fábio Ramirez** - Juventude Marxista/Cuiabá - MT); **Almir da Silva Lima** (Jornalista - Macaé - RJ);